

Fundamentos do Relato Financeiro.

Fundamentals of Financial Reporting.

Tânia Jesus¹

Clara Gariso²

Maria do Céu Silvestre³

Rui Geraldes⁴

RESUMO

Ao longo do tempo têm surgido diferentes perspetivas relativamente ao custo e valor a atribuir aos ativos e aos passivos, e consequentemente, ao capital próprio. Existe alguma controvérsia acerca das definições de capital e de resultado, levando a contabilidade a depender das distinções entre capital e lucro e observando-se vários conjuntos de conceitos que levam a diferentes métodos de mensuração, colocados pela análise custo-benefício, sobre que soluções conduzem a demonstrações financeiras fidedignas e verdadeiras. As Normas Internacionais de Contabilidade, constituem um corpo normativo a caminho de se tornar mundialmente aceite como sistema contabilístico, não impedindo, no entanto, que várias críticas associadas à diversidade contabilística lhe sejam apontadas. Neste artigo apresentam-se os fundamentos do relato financeiro e analisam-se vários conceitos e modelos contabilísticos de mensuração, que estão na origem das diferentes perspetivas e bases de mensuração que têm surgido em contabilidade. Em termos básicos existem métodos de mensuração baseados em valores nominais e valores constantes e métodos alternativos, encontrando-se em aberto a questão, mais uma vez, se a contabilidade deve ter por base custos históricos ou valores correntes. Conclui-se que, dependendo dos métodos e modelos contabilísticos adotados, a posição financeira e o resultado evidenciados por uma entidade serão afetados, podendo estes ser mais ou menos permeáveis à contabilidade criativa.

Palavras Chave: Justo valor, Custo histórico, Custo corrente, Mensuração contabilística

¹Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), tajesus@iscal.ipl.pt

²Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), cmgariso@iscal.ipl.pt

³Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), mcsilvestre@iscal.ipl.pt

⁴Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), rbgeraldes@iscal.ipl.pt

Fundamentos do Relato Financeiro.

Received on: 2020.05.09

Approved on: 2020.11.03

Evaluated by a double blind review system

1. Introdução

A globalização e a nova economia exigem cada vez mais modelos contabilísticos capazes de prever o futuro e de responder da melhor forma às incertezas dos mercados financeiros internacionais e aos riscos que lhes são inerentes. O relato financeiro tem vindo a transformar-se num modelo dinâmico a alcançar originando, contudo, diversas interpretações em função dos diferentes requisitos e características dos sistemas contabilísticos que o influenciam. Deste modo, a harmonização contabilística global exige, cada vez mais, que se eliminem as diferenças entre os sistemas contabilísticos e que a contabilidade financeira se desenvolva num paradigma com o sentido da uniformidade global. Neste contexto, questiona-se a qualidade do relato financeiro em termos de utilidade e relevância para as várias partes interessadas, e qual a evolução que levará ao surgimento de novas abordagens. Tendo em conta que a qualidade da informação contabilística diverge entre países, mesmo que estes apliquem o mesmo corpo normativo, ciclicamente questiona-se sobre qual o modelo de relato financeiro mais adequado e quais os determinantes que garantam que entre países as empresas que apliquem as mesmas normas divulguem informação financeira de elevada qualidade e globalmente comparável.

No atual contexto económico encontra-se, mais uma vez, reacesa a discussão sobre se a contabilidade deve ter por base custos históricos ou valores correntes. Questiona-se o pressuposto da estabilidade dos preços e qual o tratamento contabilístico adequado em termos de variação de preços específicos e de preços de inflação. Em termos práticos existem vários modelos de mensuração alternativos, cada um deles com vantagens e desvantagens associadas, não existindo um resultado único e indiscutível, mas antes, tantos resultados quantos os modelos de mensuração possíveis e utilizados. Estes resultados díspares constituem, por sua vez, contabilisticamente, formas básicas do regime do acréscimo e da inclusão no tratamento contabilístico dos efeitos da inflação e da variação de preços específicos, subjacentes aos métodos de mensuração a custos correntes e a custos históricos.

Presentemente, apesar da atual Estrutura Conceptual do IASB referir apenas que são utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e em variadas combinações e de indicar que a base de mensuração pelo custo histórico é a mais geralmente adotada pelas empresas, as normas de contabilidade são maioritariamente desenvolvidas com orientação para a demonstração da posição financeira ou balanço e combinam simultaneamente mensurações ao custo (histórico) e pelo justo valor, assentando as IFRS, por isso, num modelo de mensuração misto. Por outro lado, existem significativas alterações que se vislumbram para a contabilidade e que passam pela adoção de modelos alternativos de mensuração, vocacionados para o justo valor, ou, mais apropriadamente, para valores correntes. Em termos básicos, com o modelo de mensuração das IFRS, a contabilidade convencional, está a caminhar de um modelo do custo histórico em moeda nominal, para um modelo do custo corrente em moeda nominal, concedendo-se cada vez mais importância à utilidade e relevância do relato da posição financeira.

Por outro lado, sendo o modelo do justo valor uma realidade cada vez mais presente questiona-se sobre quais os riscos de práticas de contabilidade criativa e riscos de fraude

Fundamentos do Relato Financeiro.

associados à definição do justo valor e aos métodos de mensuração pelo justo valor, sobretudo num período que se pode caracterizar pelo denominado relativismo ético e moral que perpassa pelas (ou é atribuído às) sociedades pós-modernas, pelo utilitarismo na sociedade em geral e na contabilidade em particular e pelas tendências subjacentes ao processo de harmonização contabilística internacional presentemente em curso.

Neste artigo apresentam-se os fundamentos do relato financeiro em termos de diversidade contabilística e da utilidade da informação financeira. Descrevem-se e analisam-se vários conceitos contabilísticos interrelacionados e, ainda, modelos contabilísticos de mensuração.

2. A Diversidade Contabilística

O relato financeiro é, em geral, visto como um meio de comunicação através do qual a informação contabilística e financeira é transmitida aos utilizadores da envolvente a que as empresas pertencem. Todavia, não há um modelo de relato financeiro estático e único. Porque existem diferentes jurisdições é comum diferentes empresas serem regulamentadas em função de requisitos dinâmicos, que levam os organismos regulamentadores a escolherem diferentes alternativas de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos, dos passivos, do capital próprio, dos rendimentos e dos gastos, em função das várias envolventes culturais, económicas, legais e políticas, levando a emergir diferentes características nos sistemas contabilísticos. O relato financeiro transformou-se assim num modelo dinâmico a alcançar e que origina diferentes interpretações no tempo, em empresas e localizações distintas. Quanto às diferentes características nos sistemas contabilísticos, apesar de relacionadas, oscilam entre a orientação do relato financeiro, o foco na imagem verdadeira e apropriada ou concordância com os requisitos legais e fiscais, a aderência ao conservantismo ou *accruals*, maior ou menor uniformidade, elaborar ou não contas consolidadas e a existência ou não de impostos diferidos.

O Quadro 1 apresenta um resumo das principais diferenças nas características do relato financeiro. Neste contexto, e no âmbito da harmonização global das práticas contabilísticas, vários países, alguns deles menos desenvolvidos, estão a adotar as IFRS. Apesar desta adoção ser vista como um dos grandes eventos da história do relato financeiro, que fará com que este corpo normativo se torne mundialmente aceite como sistema contabilístico, várias críticas lhe têm sido apontadas relacionadas com a diversidade contabilística. Consequentemente, questiona-se sobre qual o papel das diferenças das várias economias locais no relato financeiro. Os autores Rodrigues e Pereira (2004) identificam o sistema legal, a origem do financiamento empresarial, a organização e propriedade empresarial, a relação entre a contabilidade e a fiscalidade, os vínculos político e económicos com outros países e a cultura como barreiras à análise internacional das demonstrações financeiras, levando a que os nelas interessados tomem decisões menos fundamentadas sobre os seus investimentos. De forma semelhante, Alexander, Britton e Jorissen (2007) consideram que as possíveis causas explicativas das diferenças observadas nas práticas contabilísticas assentam nos diferentes sistemas legais, culturais e fiscais, que moldam os sistemas contabilísticos existentes nos vários países, os seus procedimentos contabilísticos de reconhecimentos e de mensuração e as suas práticas no relato financeiro. Por outro lado, sendo o corpo normativo das IFRS considerado por diversos autores

Fundamentos do Relato Financeiro.

como próximo do sistema Anglo-Saxónico (Harris & Muller, 1999; Whittington, 2005) é expetável que a sua adoção tenha efeitos mais significativo nas demonstrações financeiras das empresas pertencentes aos países onde a informação financeira relatada se encontra mais orientada para os credores (orientação para as partes interessadas), característica do sistema legal romano (*Codified Roman Law*), cujas normas são conduzidas pela conformidade fiscal, onde se enquadra, até recentemente, a Europa Continental, em comparação com as demonstrações financeiras das empresas pertencentes aos países considerados como orientados para os acionistas, característica do sistema de lei comum (*Common Law*), cujas normas são conduzidas pelo mercado, onde se enquadra o modelo Anglo-Saxónico.

Quadro 1: Principais diferenças nas características do relato financeiro.

Características	Diferenças	Descrição
Orientação do relato financeiro	Acionista	<ul style="list-style-type: none"> - As empresas dependem principalmente do mercado de capitais. - Os acionistas e investidores não têm acesso a informação interna. - Elevada pressão para a divulgação de informação. - As demonstrações financeiras comunicam o desempenho, posição financeira e <i>cash flow</i> da empresa aos acionistas atuais e potenciais.
	Partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> - As empresas são financiadas pelos passivos. - As demonstrações financeiras satisfazem as necessidades informativas das diferentes partes interessadas em geral e em particular as dos credores e do estado.
Imagem verdadeira e apropriada ou forma legal	Imagem verdadeira e apropriada	<ul style="list-style-type: none"> - As demonstrações financeiras comunicam a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da empresa. - Prevalece a substância sobre a forma legal.
	Forma legal	<ul style="list-style-type: none"> - O relato financeiro tem o seu foco na concordância com os requisitos legais e fiscais. - Países <i>code law</i> (baseados no direito romano). - Prevalece a forma legal sobre a substância.
Conservantismo ou <i>accruals</i>	Conservantismo	<ul style="list-style-type: none"> - O relato financeiro está mais orientado para as necessidades dos credores e para os aspetos fiscais. - Inclui regras mais conservadoras ou prudentes quanto ao reconhecimento de ganhos não realizados. - Baseia-se nos princípios da realização e do balanceamento.
	<i>Accruals</i>	<ul style="list-style-type: none"> - O relato financeiro está mais orientado para as necessidades dos acionistas atuais e potenciais. - As demonstrações financeiras pretendem comunicar informação útil sobre o desempenho futuro.
Uniformidade dos formatos contabilísticos	Maior uniformidade	<ul style="list-style-type: none"> - Organismos regulamentadores têm o seu foco na concordância com os requisitos legais e fiscais. - Países <i>code law</i> (baseados no direito romano). - Modelos mais detalhados das demonstrações financeiras.
	Menor uniformidade	<ul style="list-style-type: none"> - Organismos regulamentadores têm o seu foque na normalização contabilística internacional.

Fundamentos do Relato Financeiro.

		- Modelos menos detalhados das demonstrações financeiras.
Contas consolidadas	Contas consolidadas surgem mais cedo	- Relato financeiro fortemente orientado para as necessidades os acionistas atuais e potenciais.
	Contas consolidadas introduzidas por lei	- Relato financeiro fortemente orientado para as necessidades das partes interessadas, em particular dos credores e para os aspetos fiscais.
Impostos diferidos	Prática regular	- Sistemas contabilísticos não relacionados com o resultado fiscal.
	Prática recente	- Resultado contabilístico fortemente relacionado com o resultado fiscal.

Tendo em conta que a forma como a informação financeira é divulgada aos utilizadores externos está fortemente relacionada com a eficiência dos mercados e que poderá permitir às empresas locais acederem aos mercados de capitais internacionais, eliminar a diversidade contabilística tornou-se uma necessidade, quer ao nível da Europa, quer ao nível mundial. Deste modo, conclui-se que a harmonização contabilística exige que a contabilidade financeira se desenvolva num paradigma com o sentido da uniformidade global, que permita eliminar as diferenças entre os sistemas contabilísticos, tendo em vista a comparabilidade global, só possível com o esforço de todos os países que nele participam.

3. A Utilidade da Informação Financeira

O atual modelo dinâmico de relato financeiro tem certamente limitações. Porém é possível observar-se a partir da literatura que possui pontos fortes, especialmente no que concerne aos conceitos da relevância e da fiabilidade, necessários e subjacentes à utilidade da informação financeira relatada para os diferentes interessados na mesma. A informação útil quando influencia decisões, mas somente é útil quando é relevante e fiável.

Quanto às limitações do relato financeiro, pode questionar-se se as partes interessadas utilizam a informação financeira quando o objetivo é o entendimento de uma organização. Em resposta a esta questão, verifica-se que é consensual que os utilizadores que queiram entender uma organização devam consultar outras fontes relevantes de informação, sendo a informação financeira relatada considerada uma fonte de entre muitas necessárias aos utilizadores. Contudo, esta análise não permite assumir que a informação financeira não tenha qualidade, ou que o relato financeiro seja falso, nem que o relato financeiro não deva incluir explanações por parte da gestão da entidade, mas sim que o relato financeiro não disponibiliza toda a informação que as partes interessadas necessitam para tomar as suas decisões. Suportando esta conclusão, salienta-se que o IASB e o FASB consideram que as próprias demonstrações financeiras não providenciam toda a informação necessária para que os utilizadores tomem as decisões económicas⁵ e que os utilizadores devem estar conscientes destas limitações. Sugerem a consulta de outras fontes de informação relevantes acerca dos efeitos das transações que causam alterações nos ativos e nos passivos, no *Exposure Draft (ED)* de 2008 e no *Conceptual*

⁵ De acordo com a EC do IASB, *The Report of the Financial Crisis Advisory Group 2009* e *Developments in New Reporting Models 2009 of the Financial Reporting faculty of ICAEW*.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Framework for Financial Reporting 2010 e também no ED relacionado com a Fase D do projeto *Reporting Entity* concordam que outros tipos de demonstrações financeiras podem fornecer informação útil.

Não é possível encontrar na literatura uma definição consensual de qualidade da informação financeira. O IASB também não apresenta essa definição, apesar de um dos seus objetivos⁶ consistir em desenvolver normas globais de contabilidade de elevada qualidade, que proporcionem informação contabilística comparável, transparente e de elevada qualidade, de forma a auxiliar os utilizadores a tomarem decisões económicas. Em conformidade com o objetivo do IASB, é comum na literatura associar-se a qualidade da informação financeira à sua utilidade para a tomada de decisão. O IASB e o FASB⁷, presentemente, consideram que as características qualitativas de uma informação financeira útil se devem decompor em dois conjuntos, designadamente as características fundamentais e características de reforço. São características fundamentais a relevância, a materialidade e a representação fidedigna. São características de reforço a comparabilidade, a tempestividade, a consistência, a verificabilidade e a compreensibilidade. O Quadro 2 apresenta a definição dessas características.

Destaca-se que as características da fiabilidade, da prudência e da plenitude, que fazem parte da atual EC do IASB, foram preteridas. Quanto à característica da fiabilidade pode considerar-se como estando implícita na representação fidedigna. Relativamente à queda da característica da prudência, pode querer indicar a tendência para o modelo de reconhecimento e mensuração pelo justo valor.

Quadro 2: Características qualitativas de uma informação financeira útil.

Características qualitativas		Definição
Fundamentais	Relevância	- Capacidade preditiva e/ou confirmatória que influencia as decisões dos provedores de capital. - Acessível aos utilizadores, mesmo que não necessitem.
	Materialidade	- Capacidade de influenciar as decisões dos provedores de capital ou outros utilizadores, - Omissão ou má representação capaz de influenciar as decisões dos utilizadores sobre a informação financeira relatada.
	Representação fidedigna	- Representação da realidade económica, em termos de posição financeira e dos resultados das operações, com verdade ou credibilidade
Reforço	Comparabilidade	- Capacidade de identificar similitudes e diferenças em dois conjuntos de fenómenos económicos, em termos temporais e horizontais.
	Tempestividade	- Capacidade de proporcionar informação quando ainda é considerada de grande utilidade para a tomada de decisões.

⁶ De acordo com a Constituição aprovada em Maio de 2000 revista em 2005.

⁷ Capítulo 3 do documento intitulado *Qualitative Characteristics of Useful Financial Information* do *Conceptual Framework for Financial Reporting 2010*.

Fundamentos do Relato Financeiro.

	Consistência	- Utilização das mesmas políticas, métodos e procedimentos de um período para os seguintes.
	Verificabilidade	- Implica que dois observadores independentes e conhecedores concordem que a informação relata com credibilidade e confiança a realidade económica, sem erros materialmente relevantes.
	Compreensibilidade	- Capacidade de esclarecer quanto à posição financeira e ao desempenho os utilizadores que possuem conhecimentos razoáveis do negócio e do relato financeiro e que se esforçam por compreender a informação.

Quanto à informação financeira relatada com utilidade, questiona-se sobre qual a real necessidade das economias locais face a um conjunto tão técnico de normas internacionais de contabilidade, assim como qual a influência da envolvente nacional e empresarial no comportamento do relato das empresas.

No que respeita à real necessidade das economias locais face às IFRS, nas últimas décadas numerosos trabalhos de investigação empírica relacionam o valor das empresas no mercado de capitais com determinados valores contabilísticos. Os primeiros estudos nesta área de investigação – investigação positiva em Contabilidade - foram realizados por Ball e Brown (1968) e Beaver (1968), onde se conclui que a apresentação de resultados possui valor informativo para o mercado. Desde então, um novo ramo de investigação tem-se desenvolvido, intitulado de valor relevante, que tem por objetivo aceder à suposta utilidade dos valores contabilísticos, em particular, ou da própria informação contabilística, em geral. Por outro lado, clarifica sobre as consequências que a emissão ou alteração dos normativos contabilísticos têm na valorização das empresas nos mercados de capitais. Apesar do valor relevante ser uma importante avaliação e permitir averiguar sobre a qualidade da informação contabilística na perspetiva do mercado de capitais em conformidade com o objetivo do IASB, pode questionar-se se este é importante só para os investidores ou se o é, de forma isolada, também para os restantes grupos de partes interessadas.

Admitindo a hipótese de existência de mercados eficientes, que assenta na capacidade de incorporação no preço de mercado das ações, de todas as informações disponíveis que os investidores utilizaram, e com o desenvolvimento do modelo de Ohlson (1995) e Feltham e Ohlson (1995), surgiram novos estudos sobre o valor relevante que tentam entender em que medida determinados valores contabilísticos têm impacto sobre os valores do mercado de capitais. Apesar da extensa literatura existente, os resultados encontrados são por vezes contraditórios. Alguns autores demonstram que a relevância dos valores contabilísticos tem vindo a perder-se (Harris & Muller, 1999; Lev & Zarowin, 1999) havendo no entanto estudos com resultados opostos (Collins, & Weiss, 1997; Francis & Schipper, 1999). Harris e Muller (1999), que apesar de concluírem que as normas IASB apresentam valor relevante, evidenciam que este valor se alterou ao longo dos tempos e que as diferenças podem ser explicadas pelas práticas de relato e pela eficiência dos mercados. De acordo com Barth, Beaver e Landsman (2001) uma contabilidade de melhor qualidade reflete melhor o valor económico da empresa através de maiores níveis de associação entre variáveis contabilísticas e o preço de mercado das

Fundamentos do Relato Financeiro.

ações, sendo deste modo menos sujeita à manipulação oportunista por parte dos gestores e a erros na estimação do acréscimo.

Quanto ao papel da envolvente nacional no comportamento de relato das empresas, mesmo que todas as empresas aderissem às IFRS as diferenças nacionais teriam ainda o seu efeito. Pode verificar-se na literatura estudos que evidenciam esta influência e que encontram diferenças apreciáveis entre diversos países, na relação entre o retorno de capitais e as alterações nos ganhos (García-Ayusu, Mayoral, & González, 1998). Ali e Hwang (2000) verificam que nos países onde o relato financeiro se encontra mais orientado para o crédito bancário o valor dos capitais próprios e resultados apresentam menor valor relevante e que nos países em que não existe envolvimento do setor privado no processo de regulamentação contabilística a relevância do valor do resultado líquido é menor. Ball, Kothari e Robin (2000) investigam as características conservantismo e relevância e comprovam que o resultado contabilístico em países *Common law* é significativamente mais relevante do que em países *Codified Roman Law*, devido a incorporarem mais rapidamente perdas económicas. De forma semelhante, Guenther e Young (2000) mostram que os resultados contabilísticos em países *Common law* refletem melhor a atividade económica. Arce e Mora (2002) investigaram o valor relevante dos capitais próprios e dos resultados calculados com base nos diferentes corpos normativos europeus, concluindo que os resultados apresentam maior valor relevante face ao capital próprio nos países orientados para o mercado verificando-se o contrário nos países orientados para os credores. Estes investigadores também concluem que os valores contabilísticos apresentam poder explicativo incremental em relação ao valor de mercado da empresa nos vários países, com exceção da Alemanha e da Espanha. Leuz, Nanda e Wysocki (2003) evidenciam que a qualidade do relato financeiro aumenta em países em que a proteção ao investidor é mais acentuada, sendo, nestes casos, acompanhada de uma diminuição da gestão dos resultados. Consequentemente, a qualidade do relato financeiro poderá ainda ser comprometida, mesmo que se esteja perante as melhores normas contabilísticas, por questões específicas de cada país. Neste contexto, Hope (2003a; 2003b) evidencia que existem diferenças significativas nos níveis de *enforcement* entre países, não garantindo a correta aplicação do normativo se não existir o adequado *enforcement*.

Quanto à adoção das normas do IASB e a qualidade da informação contabilística, alguns estudos (Barth, Landsman, & Lang, 2007; Daske, 2006) demonstram que as empresas que as adotaram divulgam informação contabilística de maior qualidade quando comparadas com empresas que adotam os PCGA locais. Em geral, os estudos suportam que as IFRS requerem maiores níveis de divulgação face aos PCGA locais dos países da Europa Continental (Botosan & Plumlee, 2002; Daske, 2006; Leuz & Verrecchia, 2000; Walton, 2004).

Por outro lado, outros autores sustentam que as IFRS também que trouxeram diferentes regras de reconhecimento e mensuração que afetam os valores contabilísticos (Schipper, 2005; Walton, 2004). Christensen, Lee e Walker (2007) e Horton e Serafeim (2008) mostram que a transição trouxe informação até então desconhecida para pelo menos algumas empresas. Aubert e Dumontier (2007), Gueifão (2007) e Jesus (2007) suportam também esta reflexão, comprovando que os investidores não foram eficientes em prever todas as alterações. Pinheiro e Lopes (2012) investigam o caso português e, apesar dos resultados não mostrarem que a

Fundamentos do Relato Financeiro.

informação contabilística é relevante e que a existência de reservas na Certificação Legal de Contas ajustam de forma negativa a avaliação que os investidores fazem do valor das empresas, não apresenta evidência de que as normas do IASB tenham conduzido a uma melhoria da qualidade e utilidade da informação contabilística divulgada. Estes resultados permitem concluir que não basta a mera alteração do normativo para que haja uma maior relevância da informação contabilística divulgada.

Em suma, apesar da maioria dos estudos evidenciarem que as empresas que adotam as IFRS possuem informação contabilística de maior qualidade, se de facto estas regras possuem informação de qualidade elevada é um assunto ainda alvo de grande discussão na UE. A investigação sobre as consequências da adoção das IFRS está ainda em curso sendo as conclusões ainda limitadas e de algum modo inconsistentes. Por outro lado, não é pelos países adotarem normas de elevada qualidade por si só uma garantia das empresas divulgarem informação financeira de elevada qualidade, podendo esta divergir entre países que aplicam as mesmas normas contabilísticas por influência da envolvente nacional e empresarial.

Conclui-se, assim, que a qualidade da informação contabilística diverge entre países, mesmo que estes apliquem o mesmo conjunto de normas contabilísticas, o que não quer dizer que o atual modelo de relato financeiro deva ser dispensado por falta de utilidade, nem que não possa ser melhorado ou originar uma nova abordagem.

4. Mensuração de Ativos e Passivos

Os ativos, os passivos e o capital próprio de uma entidade são elementos económicos, expressos em termos monetários, através da mensuração dos seus valores, para produzirem informação financeira útil para os vários utilizadores. O capital próprio engloba elementos abstratos (capital, reservas e resultados) porque se traduz na diferença entre os ativos e os passivos (Ferreira, 1984). Tendo em conta que existem muitos e diferentes valores monetários e necessidades informativas a satisfazer, questiona-se sobre quais serão os valores monetários a atribuir para que a informação financeira seja relevante e útil aos seus vários utilizadores.

Ao longo do tempo têm surgido diferentes perspetivas relativamente ao custo e valor a atribuir aos ativos e aos passivos, e conseqüentemente, ao capital próprio. A questão que se coloca não é tanto saber qual é o melhor conceito de valorização mas sim saber qual o conceito de valorização que melhor responde às questões e ajuda na tomada de decisão. Para além da ocorrência de conflitos entre as características qualitativas e constrangimentos à informação financeira, estas baseiam-se no conhecimento e na articulação de conceitos e modelos contabilísticos de mensuração que conduzem a juízos de valor por parte das entidades, colocados pela análise custo-benefício, sobre que soluções conduzem a demonstrações financeiras fidedignas e verdadeiras.

4.1 Conceitos Contabilísticos

A mensuração de ativos e de passivos de uma entidade, e conseqüentemente do capital próprio, pressupõe a definição de várias dimensões e o conhecimento de vários conceitos contabilísticos interrelacionados.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Os autores Edwards e Bell (1924) *in* Alexander et al (2007) sugerem três dimensões - forma, data de valorização e tipo de mercado - como possíveis alternativas para descrever conceitos de valorização. A dimensão forma permite descrever um ativo de acordo com a sua forma inicial, tendo em conta os *inputs* que o compõem efetivamente, a sua forma presente e a sua forma última, tendo em conta *outputs* esperados e *inputs* deduzidos.

A dimensão data de valorização, quando aplicada às três formas origina três possibilidades – passado, corrente e futuro. Surgem os custos passados, correntes e futuros nos *inputs* que compõem o ativo e nas formas presente e última, respetivamente. Tendo em conta a forma específica de um ativo num determinado momento, o seu valor pode ainda ser obtido tendo como referência o mercado. Distinguem-se os valores de entrada, obtidos do mercado onde o ativo pode ser comprado pela empresa, e os valores de saída, obtidos do mercado onde este pode ser vendido.

O Quadro 3 apresenta as alternativas possíveis associadas aos conceitos de valorização, tendo em conta as considerações multidimensionais referidas.

Quadro 3: Dimensões e alternativas associadas aos conceitos de valorização (1/2).

Forma	Custos passados		Custos correntes		Custos futuros	
	Valores de entrada	Valores de saída	Valores de entrada	Valores de saída	Valores de entrada	Valores de saída
Forma inicial	Custo original dos <i>inputs</i> (custos históricos)	Preço passado de venda dos <i>inputs</i> (redundante)	Custo atual dos <i>inputs</i> (custos correntes)	Preço de venda potencial dos <i>inputs</i> na forma original (irrelevante)	Custo futuro esperado dos <i>inputs</i> na forma original (custos de reposição possíveis)	Preço futuro de venda esperado dos <i>inputs</i> na forma original (irrelevante)
Forma presente	Custo passado de compra na forma presente (redundante)	Custo passado de venda na forma presente (redundante)	Custo de compra na forma presente (custos presentes)	Preço de venda na forma presente (custos de oportunidade)	Custo futuro de compra esperado na forma presente (custos de reposição possíveis)	Preço futuro de venda esperado na forma presente (valores de venda possíveis)
Forma última	Custo passado de compra nas condições finais (irrelevante)	Custo passado de venda nas condições finais (irrelevante)	Custo corrente de compra nas condições finais (irrelevante)	Preço de venda nas condições finais (valores correntes)	Custo futuro de compra esperado nas condições finais (irrelevante)	Preço futuro de venda esperado nas condições finais (valores esperados)

Fundamentos do Relato Financeiro.

Fonte: Adaptado de Alexander et al (2007, p. 70).

De acordo com Alexander et al (2007) das várias dimensões e alternativas associadas aos conceitos de valorização definidas três possibilidades associadas aos valores de saída e três possibilidades associadas aos valores de entrega constituem alternativas relevantes. O Quadro 4 apresenta a definição dos conceitos de valorização capazes de providenciar informação útil à tomada de decisão.

Quadro 4: Conceitos de valorização relevantes.

Conceitos	Definição
Valor esperado	Valor esperado a receber no futuro pelos outputs vendidos de acordo com o plano de ação planejado pela empresa.
Valor corrente	Valor realizado durante o período corrente com as vendas ou prestações de serviços.
Custo de oportunidade	Valor que poderia ser correntemente realizado se os ativos fossem vendidos no exterior da empresa, pelos melhores preços imediatamente obtidos.
Custo presente	Custo corrente de aquisição do bem.
Custo corrente	Custo corrente de aquisição dos <i>inputs</i> utilizados na produção do ativo.
Custo histórico	O custo dos <i>inputs</i> utilizados na produção do ativo, no momento da aquisição.

Fonte: Adaptado de Alexander et al (2007, p. 72).

O Quadro 5 associa as alternativas de valorização relevantes de Edward e Bell com as dimensões forma, data de valorização e tipo de mercado.

Quadro 5: Possibilidades de valorização relevantes.

Forma	Custos passados		Custos correntes		Custos futuros	
	Valores de entrada	Valores de saída	Valores de entrada	Valores de saída	Valores de entrada	Valores de saída
Forma inicial	Custo histórico	---	Custo corrente	---	---	---
Forma presente	---	---	Custo presente	Custo de oportunidade	---	---
Forma última	---	---	---	Valor corrente	---	Valor esperado

Quanto aos conceitos contabilísticos interrelacionados, Nogueira (2011a) assinala a importância de compreender os conceitos de valor subjetivo, de verdadeiro valor económico, de custo e de valor e dos seus indicadores de forma a poder expressar monetariamente os ativos, os passivos, e, conseqüentemente, o capital próprio, conforme definido no Quadro 6.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Quadro 6: Conceitos contabilísticos interrelacionados.

Conceitos	Definição
Valor subjetivo	Valor atribuído pela gestão da entidade a uma combinação particular de ativos e de passivos considerados indispensáveis para prosseguimento de determinado plano operacional.
Verdadeiro valor económico	Valor que se relaciona com a utilidade e preferências, calculado através de pressupostos sobre tempo, cash-flows futuros e taxas de desconto/juro (e.g. valor presente, preço de mercado).
Custo	Resulta de uma transação passada e de um valor desembolsado, representando os sacrifícios realizados, geralmente no passado ou ainda por realizar (e.g. custo de oportunidade, custo de reposição, custo histórico, preço de mercado, custo corrente, valor de privação).
Valor	Resulta do usufruto ou fruição e representa os benefícios a obter, geralmente no futuro (e.g. valor de mercado, justo valor de mercado, justo valor).

Na literatura não é possível encontrar uma definição consensual quanto ao conceito de resultado, sendo possível encontrar associações com três perspetivas. Considera-se o resultado como uma medida do consumo e nas perspetivas económica e contabilística.

De acordo com Fisher (1930) *in* Alexander et al (2007) o resultado constitui uma medida real do consumo e distingue-se três aspetos sucessivos. O autor relaciona o resultado com o psíquico, sendo que este consiste nas sensações agradáveis experienciadas pela mente a partir de eventos externos. Identifica ainda o resultado real como sendo os eventos físicos finais exteriores que permitem a concretização da alegria interior, medido pelo custo de vida e refere-se ao resultado monetário como sendo o dinheiro recebido para lhe fazer face.

Em termos gerais, a definição do conceito económico de resultado foi atribuída ao economista Hicks (1939), que definiu que o resultado como sendo ou consistindo no montante de ativos deduzido dos passivos e corresponderá à alteração no capital próprio, excluindo os investimentos e as distribuições aos proprietários.

Na perspetiva contabilística, o conceito de resultado Hicksiano tem sido alvo de investigação de muitos autores (Lindahl, 1940; Maslow, 1954; Schipper & Vincent, 2003) e considerado aproximado ao resultado integral. Tendo em conta que o capital próprio é definido como o interesse residual nos ativos da empresa depois de deduzidos todos os seus passivos, subentende-se os princípios da manutenção do capital e da realização do rédito, segundo os quais só são considerados realizados os resultados que proporcionem à empresa influxos de ativos ou reduções de passivos (Machado, 1996). Verifica-se, assim, que o conceito de resultado contabilístico está diretamente relacionado com os conceitos de capital e manutenção de capital, em sentido financeiro ou físico, os quais se encontram, por sua vez, associados aos conceitos de lucro em sentido nominal ou real, respetivamente.

O conceito de manutenção do capital financeiro relaciona os conceitos de capital e de lucro, na medida em que a ocorrência do lucro verifica-se quando os gastos (incluindo os ajustamentos de manutenção de capital) tenham sido deduzidos dos réditos. Deste modo,

Fundamentos do Relato Financeiro.

existem outros elementos que satisfazem a definição de gastos e rendimentos e que são conceptualmente considerados lucros, mas que não são reconhecidos como tal, originando aumentos e diminuições no capital próprio como ajustamentos da manutenção do capital. Estes conceitos permitem a distinção entre capital próprio realizado e capital próprio não realizado, onde se inclui o resultado integral que é composto pelo resultado líquido e por outras alterações reconhecidas no capital próprio, que embora verifiquem os conceitos de gastos e de rendimentos não são englobadas no resultado líquido.

O conceito de manutenção do capital físico considera que o lucro se obtém, se a capacidade produtiva da empresa, ou recursos ou fundos necessários para tal capacidade, no final do período excederem, em valores correntes, a do início do período depois de se deduzirem as operações com os detentores de capital. Assim, considera-se que uma empresa só tem lucro quando o capital físico destinado às suas operações no período estiver repostado, excluindo do lucro os ganhos de manutenção (tanto os ganhos realizados relacionados com as vendas, como os ganhos não realizados, relacionados com unidades não vendidas). Naturalmente que se levanta a questão sobre qual a base de valorimetria adequada para medir o capital próprio no início e no fim do período, podendo verificar-se que tem havido, desde há muito tempo, sugestões para o que deveriam ser consideradas as melhores medidas dos valores correntes.

Por outro lado, as definições de ativo e de passivo atualmente em vigor na Estrutura Conceptual do IASB implicam que alguns ativos e passivos possam não ser reconhecidos, quando a sua mensuração fiável não for possível. Estas definições são por vezes contraditórias com as normas de relato financeiro. Existem casos em que se verifica uma orientação para a demonstração dos resultados ou desempenho⁸, e outros, em que se apresenta uma orientação para a posição financeira que é contraditória com a orientação da demonstração dos resultados convencional com base no custo histórico. Apesar da Estrutura Conceptual do IASB indicar que a base de mensuração pelo custo histórico é a mais geralmente adotada pelas empresas, as normas de contabilidade são maioritariamente desenvolvidas com orientação para a demonstração da posição financeira ou balanço e combinam simultaneamente mensurações ao custo (histórico) e pelo justo valor, assentando as IFRS, por isso, num modelo de mensuração misto.

Em suma, o cálculo do resultado é um dos aspetos mais controversos da contabilidade. A controvérsia assenta no que devem ser as definições de resultado e de capital, levando a contabilidade a depender das distinções entre capital e lucro e verificando-se vários conjuntos de conceitos de resultado e de capital que levam a diferentes métodos de mensuração.

4.2. Modelos Contabilísticos de Mensuração

A inflação, as alterações derivadas da própria inflação e as flutuações cambiais entre moedas levantam, mais uma vez, as discussões sobre a discrepância entre custo histórico e custo corrente, se o cálculo do resultado deve basear-se em valores nominais ou em valores contantes e se a contabilidade deve ter por base custos históricos ou valores correntes.

⁸ A IAS 20 - *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance* permite o diferimento de apoios do governo que não satisfazem a definição de passivo.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Em termos básicos e de acordo com Horngren (1985), existem quatro métodos de cálculo do resultado, dois baseados em valores nominais quando não são incluídos ajustes para levar em conta as variações do poder aquisitivo da moeda, e dois baseados em valores constantes, quando são valores ajustados em termos do poder aquisitivo da moeda atualizado, conforme apresentado no Quadro 7.

O primeiro método é comumente chamado de método do custo histórico, utiliza custos históricos a valores nominais. Basicamente mede o capital investido em termos de valores nominais, em que o resultado consiste na diferença entre as receitas realizadas e os custos históricos não ajustados dos ativos utilizados. Assim, são desconsideradas as variações de preços entre a data de aquisição dos ativos e a data de venda e o resultado considerado realizado aquando da venda.

Quadro 7: Métodos básicos de mensuração.

	Moeda nominal	Moeda constante
Custo histórico	Custo histórico / moeda nominal	Custo histórico / moeda constante
Custo corrente	Custo corrente / moeda nominal	Custo corrente / moeda constante

O segundo método utiliza os custos correntes a valores nominais no cálculo do resultado. Por um lado, o custo corrente é um termo geral com muitas variações e que poderá ter significados diferentes. Considera ganhos pela posse (ou perdas), geralmente definidos pelos organismos regulamentadores, como aumentos (ou decréscimos) baseados nos custos de reposição dos ativos o que, na maior parte dos casos é o mesmo que considerar o custo atual do mesmo ativo para produzir os mesmos fluxos de caixa esperados que o ativo existente. Pode ainda considerar, embora com menos frequência, métodos de avaliação baseados no valor realizável líquido consistindo este no valor de venda estimado deduzido dos custos previsíveis de venda, o que pode diferir bastante do custo de reposição, tendo em conta que muitos itens do ativo não têm mercado. Por outro lado, é comum diversas maneiras bastante diferentes de tratar os ganhos pela posse, dependendo das distinções entre capital e lucro.

O terceiro método evidencia os resultados da aplicação de índices gerais a custos históricos, em que os valores expressam valores constantes (com o mesmo poder aquisitivo geral do último ano) e os acréscimos ou decréscimos utilizam uma unidade comum de mensuração. Através deste método é possível ajustar os valores do custo histórico do primeiro método, não sendo, contudo, um desvio dos custos históricos. Permite superar algumas lacunas dos custos históricos a valores nominais propondo que os custos históricos relacionados com as receitas sejam recalculados com base em valores constantes expressando valores com o mesmo poder aquisitivo, não sendo, contudo, custos correntes nem se aplicando índices de preços específicos.

O quarto método mostra os resultados tendo em conta a aplicação de índices gerais de preços a custos correntes. Deste modo, a contabilidade pelo nível geral de preços é aplicada em conjunto com a contabilidade pelo custo corrente proporcionando uma aproximação mais útil

Fundamentos do Relato Financeiro.

do lucro líquido e baseando-se, à semelhança do método que utiliza os custos correntes a valores nominais, em conceitos físicos de manutenção do capital investido.

Finalmente, como refere Horngren (1985), verifica-se que, apesar de na literatura as vantagens associadas aos métodos baseados em custos históricos e em custos correntes não serem consensuais, atualmente nas empresas o lucro líquido é geralmente medido pela comparação, no período, entre os custos históricos com os rendimentos gerados associados, e com base no princípio contabilístico do balanceamento (“*matching principle*”). Por outro lado, verifica-se também que o melhor método proposto para avaliar as distinções entre lucro (retorno sobre o capital) e manutenção do capital (retorno do capital), passa por alguma versão dos custos correntes em que os cálculos baseados em valores constantes constituem um aperfeiçoamento da contabilidade. Coloca-se assim a necessidade de questionar o pressuposto da estabilidade dos preços e o tratamento contabilístico adequado em termos de variação de preços específicos e de variação de preços de inflação, subjacentes aos métodos baseados em custos correntes e aos métodos baseados em custos históricos, respetivamente.

Quanto à discussão sobre se a contabilidade deve ter por base custos históricos ou valores correntes, é possível encontrar vantagens e desvantagens em cada uma destas perspetivas. Verifica-se que os métodos baseados em custos históricos tendem a desprezar o valor e utilizam o custo como indicador do mesmo, originando discrepâncias entre custos históricos e valores correntes. Neste contexto, Nogueira (2011b) aponta, por um lado, que estas discrepâncias podem ser fontes de um processo de decisão imperfeito por parte dos utilizadores e constituir oportunidades de manipulação. Por outro lado, alerta para o facto da perspetiva que se baseia em valores correntes poder ter associada valorizações subjetivas, menor fiabilidade e maior volatilidade do valor dos ativos e dos resultados, para além de eventuais custos de valorização acrescidos.

Em termos práticos existem vários modelos de mensuração alternativos, não existindo um resultado único e indiscutível, mas antes tantos resultados quantos os modelos de mensuração utilizados. Estes constituem, por sua vez, contabilisticamente formas básicas do regime do acréscimo e da inclusão no tratamento contabilístico dos efeitos da inflação e da variação de preços específicos.

Quanto às formas de mensuração básicas associadas ao regime do acréscimo, que permitem reconhecer os rendimentos e gastos quando estes ocorrem em oposição do seu reconhecimento pelos fluxos de caixa, destaca-se o custo histórico e quatro formas de mensuração de valores correntes nomeadamente o valor de privação, o justo valor, o valor realizável e o valor de uso.

A contabilidade com base no custo histórico é atualmente interpretada no sentido de evitar que a quantia escriturada de um ativo exceda a sua quantia recuperável esperada. A quantia recuperável é normalmente definida pelo maior valor entre o valor de uso e o valor realizável líquido, utilizando-se também, muitas vezes o justo valor como indicador da quantia recuperável ou de algum dos seus elementos e passando assim o custo histórico a ser entendido como o custo histórico recuperável, conforme apresentado na Figura 1.

Fundamentos do Relato Financeiro.

O custo histórico recuperável é definido através da aplicação de diferentes fórmulas possíveis. Uma das fórmulas é considerar o menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido. Esta aplica-se com frequência aos inventários, uma vez que o valor de uso nestes casos é com frequência irrelevante.

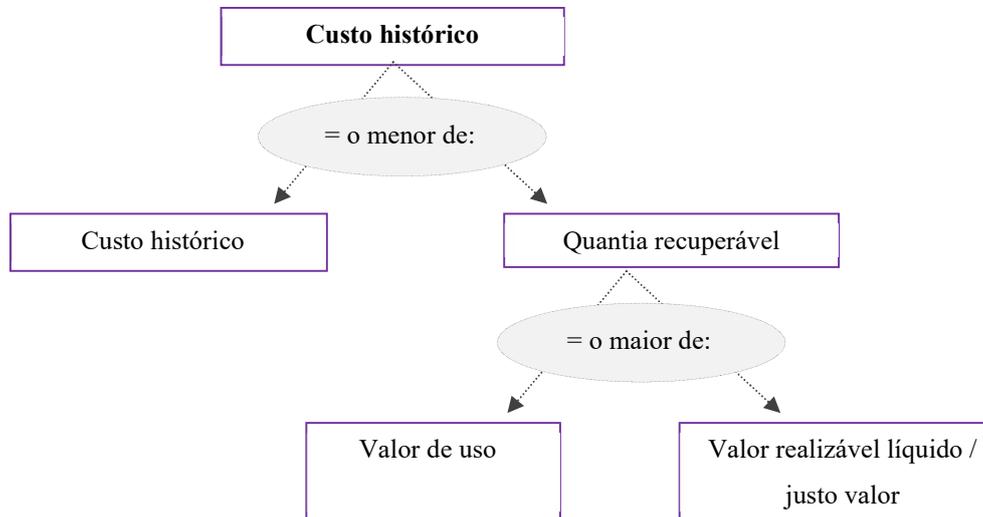


Figura 1: Árvore de decisão referente à definição do custo histórico recuperável.

Fonte: Adaptado de ICAEW (2006 p. 22).

Outra fórmula de definição possível do custo histórico de recuperação considera o menor valor entre o custo histórico e o valor de uso. Esta forma tem aplicação quando o valor realizável líquido ou o justo valor apresentam valores irrelevantes, o que normalmente se verifica ao nível dos ativos fixos tangíveis produtivos. A contabilidade que assenta no custo histórico permite ainda que alguns ativos e passivos não sejam reconhecidos por não terem custos históricos ou por estes serem nulos, o que se verifica com muitos recursos intangíveis quando existem incertezas associadas à capacidade destes gerarem benefícios económicos futuros. Em termos de mensuração do resultado, o objetivo do custo histórico é balancear os gastos à medida que estes incorrem com o resultado à medida que este se realiza.

A segunda forma básica de mensuração, valor para a entidade, é interpretado ao nível dos ativos e dos passivos. O valor de privação ou valor para a entidade de um ativo mede-se através do cálculo sobre o prejuízo que a falta desse ativo poderia trazer para a empresa e dependendo da intenção com que a empresa o detém, pode assumir o valor realizável líquido, o valor de uso ou o custo de reposição, conforme Figura 2.

Se um bem é detido para venda, então a sua falta consistirá no valor realizável líquido, mas se este é detido essencialmente com o intuito de ser utilizado pela empresa a sua falta será o valor líquido dos fluxos de caixa futuros que o ativo poderia ter gerado. Se, por outro lado, um bem puder ser substituído, o valor para a empresa consistirá no custo de reposição. Contudo, devido a não existirem mercados para todos os tipos de ativos das empresas em estado de uso, na data do relato não existem por vezes valores comparativos para o custo de reposição, levando muitas vezes a considerar o custo de reposição de um bem substituto novo e recalculando a

Fundamentos do Relato Financeiro.

respetiva depreciação ou amortização considerando no cálculo as diferenças entre o ativo original e o seu substituto.

No que respeita ao valor de privação de um passivo, mede-se através da melhoria que a falta de determinado passivo provocaria na empresa. Assim, possibilita-se o reconhecimento de ativos e passivos pelo valor para a entidade quando estes existem ou são desenvolvidos, do mesmo modo que qualquer outro ativo ou passivo.

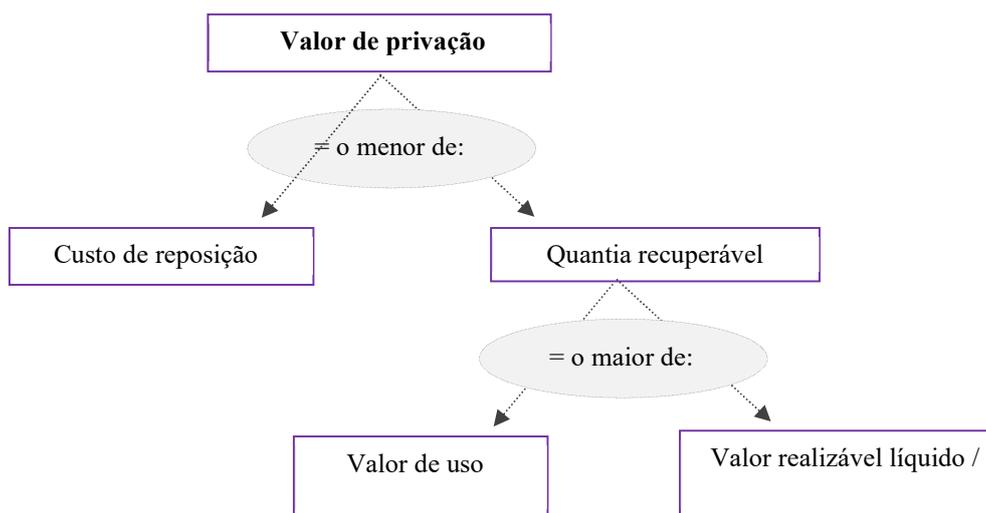


Figura 2: *Árvore de decisão referente à definição do valor de privação.*

Fonte: Adaptado de Alexander et al (2007, p. 114).

A terceira forma básica de mensuração, o justo valor, é bastante flexível o que torna difícil o entendimento do conceito, encontrando-se este atualmente em transição. É normalmente interpretado no sentido de que um ativo ser relatado pela quantia que reflete o seu valor e não pelo custo (menos quaisquer depreciações ou amortizações acumuladas ou perdas por imparidade acumuladas), expressando os benefícios futuros que este irá proporcionar em detrimento do custo, geralmente de oportunidade, de uma transação passada e de um valor desembolsado.

De acordo com a definição contida transversalmente, ainda, nas IFRS o justo valor consiste em termos gerais, no valor de troca de um ativo ou de um passivo assumido numa transação, entre partes independentes, conhecedoras e dispostas a isso. De acordo com esta perspetiva não se considera o justo valor nem um valor de entrada nem um valor de saída, apesar de este se encontrar hipoteticamente algures entre os valores de venda e de compra. Assim, apesar do justo valor idealmente refletir os valores de mercado atuais, muito dificilmente estes coincidirão, especialmente nos casos relacionados com mercados pouco ativos ou inexistentes. Verifica-se que não existem mercados ativos para muitos ativos e passivos, nas condições em que estes se encontram, o que torna o valor de troca difícil de determinar. Por este motivo o

Fundamentos do Relato Financeiro.

justo valor não será definido ou aplicado de forma idêntica em todas as situações podendo assumir diversas medidas alternativas, conforme apresentado na Figura 3.

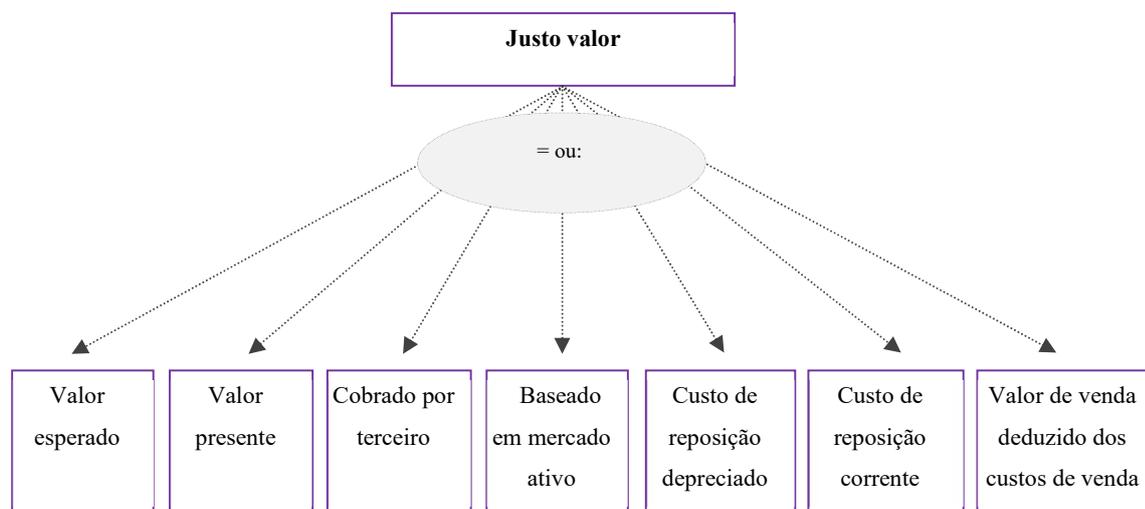


Figura 3: Indicadores alternativos do justo valor.

Na ausência de preços correntes de um mercado ativo, uma entidade considera como indicador do justo valor informação de variadas fontes. Pode considerar preços correntes em mercados ativos de ativos com características diferentes, condições e localizações ajustadas de forma a refletir essas diferenças ou, ainda, considerar preços recentes de ativos similares em mercados pouco ativos ajustados de forma a refletir as alterações nas condições económicas desde a data da transação. Também permite considerar uma estimativa dos fluxos de caixa futuros, refletindo, entre outros fatores, o preço de suportar a incerteza inerente ao ativo, expectativas sobre variações no valor ou na tempestividade desses fluxos de caixa futuros.

Com a publicação da IFRS 13 – *Fair Value Measurement*, o IASB passou a adotar a definição de justo valor como valor de saída em vez de um valor de entrada, definido como um preço que poderá ser recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo, entre participantes independentes de um mercado, em transações ordenadas, na data da mensuração.

De acordo com Nogueira (2011b) esta foi uma alteração bastante significativa nas tradições estabelecidas e uma aproximação do IASB à definição de justo valor do FASB. Contudo com consequências, na medida em que sendo um valor de saída um custo de oportunidade, esta alteração do justo valor privilegia a orientação das demonstrações financeiras para o balanço em detrimento do desempenho e pode levar a resultados sobrestimados.

A quarta forma básica de mensuração, o valor realizável, consiste no valor pelo que um ativo poderia ser vendido ou um passivo assumido. Para uma aplicação generalizada desta perspectiva de valores realizados a todos os ativos e passivos seria necessário recorrer a medidas alternativas para os casos em que não exista um mercado ativo que os providencie.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Provavelmente, resultando nos mesmos tipos de indicadores de valores realizados desenvolvidos para o justo valor. Assim, sendo o valor realizável limitado a alguns tipos de ativos e por vezes de difícil aplicação, assume, quando aplicado e na maioria dos casos, valores líquidos de custos de realização.

A quinta forma básica de mensuração, o valor de uso, quando aplicado aos ativos e passivos baseia-se, atualmente, nos valores descontados dos fluxos de caixa futuros. Sendo os fluxos de caixa gerados por empresas ou por unidades dentro das empresas e não por ativos individuais, a aplicação desta base de mensuração aos ativos e passivos separados em vez de às empresas e às unidades geradoras de caixa, pode ser questionada.

O Quadro 8 apresenta um resumo dos pontos-chave associados às diferentes bases de mensuração. Resumidamente, o custo histórico consiste num método prudente de mensurar o desempenho passado e mensurar os ativos líquidos em custos efetivamente incorridos.

O valor de privação permite evidenciar os custos de entrada ou de reposição e o resultado, tendo em conta a capacidade operacional. O justo valor evidencia o resultado e o valor dos ativos líquidos que se obteriam caso estes fossem vendidos, diferente do valor realizável, que considera o resultado e o valor dos ativos líquidos, deduzido dos custos de realização, se estes fossem vendidos separadamente. Considera-se, ainda, o valor de uso que evidencia o valor presente dos fluxos de caixa futuros, consistindo numa medida do resultado económico.

Quadro 8: Formas de mensuração básicas.

	Fiabilidade		Relevância	
	Maior fiabilidade	Menor fiabilidade	Maior relevância	Menor relevância
Custo histórico	- Obtido dos preços de transações atuais.	- Baseado em estimativas.	- Aproxima os gastos do resultado realizado.	- Valores desatualizados. - Ignora ganhos não realizados.
Valor de privação	- Em ativos de reposição comparáveis e existentes em mercados.	- Perante mudanças tecnológicas e no mercado. - Baseado em projeções.	- Evidencia custos de entrada. - Evidencia a capacidade operacional.	- Desprivilegia a perspectiva dos investidores.
Justo valor	- Em mercados ativos. - Verificáveis.	- Perante desacordo de avaliadores. - Perante a inexistência de mercados ativos. - Baseado em estimativas.	- Visão próxima da verdadeira posição financeira. - Privilegia perspectiva dos investidores e dos credores. - Baseado nos futuros fluxos de caixa	- Valores não realizados de alternativas rejeitadas e evidenciando-os pelo que seriam realizados.

Fundamentos do Relato Financeiro.

			esperados ou em preços de mercado correntes.	
Valor realizável	- Em mercados ativos.	- perante a inexistência de mercados ativos.	- Baseado em preços correntes de mercado, líquidos dos custos de realização.	- Valores enganadores de realização prospectiva. - Valores não realizados de alternativas rejeitadas.
Valor de uso	- Nos fluxos de caixa que já ocorreram. - perante contratos certos.	- Baseado em previsões. - Maior subjetividade com o aumento do período. - Subjetividade nas taxas de desconto.	- Aproximação ao conceito económico de resultado. - Valor presente dos fluxos de caixa futuros úteis aos investidores, credores e empregados.	- Alterações com base em expectativas. - Dependente da divulgação dos pressupostos. - Desconsidera avaliação do mercado.

Fonte: Adaptado de ICAEW (2006 p. 37).

Neste contexto, Nogueira (2011a) tendo por base os modelos apresentados por Lee (1994), identifica 10 modelos alternativos de mensuração do resultado em termos de resultado monetário e real, conforme apresentado no Quadro 9. O autor distingue os modelos no primeiro caso, não considerando os efeitos da inflação e depois incluindo os efeitos da inflação em cada um dos modelos identificados.

Quadro 9: Modelos alternativos de mensuração do resultado.

Modelos	Valor presente	Custo histórico	Custo de reposição	Valor realizável líquido	Custo corrente
Resultado monetário	Resultado económico	Resultado contabilístico	Resultado empresarial	Resultado realizado	Resultado de custo corrente
Resultado real ⁹	Resultado económico ajustado	Resultado contabilístico ajustado	Resultado empresarial ajustado	Resultado realizado ajustado	Resultado de custo corrente ajustado

Fonte: Adaptado de Nogueira (2011a, p. 22).

Também os autores Zeff e Dharan (1994) referem nove modelos possíveis de se utilizarem em contabilidade, considerando o tratamento da variação de preços específicos e de inflação, conforme sintetizado por Nogueira (2011a) e apresentado no Quadro 10.

⁹Ajustado de alterações de valor na unidade de medida monetária.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Quadro 10: Modelos alternativos para lidar com as variações de preços.

Modelos		Conceito
Custo histórico	Custo histórico / Moeda nominal	Manutenção do capital financeiro nominal.
	Custo histórico / Moeda constante	Manutenção do capital financeiro em moeda de poder aquisitivo constante.
Valor corrente (de entrada)	Valor corrente (de entrada) / Moeda nominal	Manutenção do capital físico.
	Valor corrente (de entrada) / Moeda constante	Manutenção do capital financeiro real.
Valor corrente (de saída)	Valor corrente (de saída) / Moeda constante	Manutenção do capital financeiro real.
Valor de privação	Valor de privação / Moeda nominal	Manutenção do capital físico.
	Valor de privação / Moeda constante	Manutenção do capital físico.
Valor de mercado	Valor de mercado / Moeda nominal	Manutenção do capital financeiro.
Cash Flow Descontados		

Fonte: Adaptado de Nogueira (2011a, p. 22).

Neste contexto a utilidade da informação sobre a posição financeira e o desempenho pode ser questionada, mesmo quando produzida pelo modelo do custo histórico em moeda nominal. Contudo, esta é ainda mais discutível quando se reconhece e mensura pelo modelo do justo valor ou se combinam simultaneamente mensurações ao custo histórico e pelo justo valor, métodos aparentemente preconizados pelas IFRS.

Apesar da atual Estrutura Conceptual do IASB indicar que a base de mensuração pelo custo histórico é a mais geralmente adotada pelas empresas, são utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e em variadas combinações.

Em particular, a Estrutura Conceptual aponta como bases possíveis de mensuração o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável (de liquidação) e o valor presente (atual ou descontado).

Na prática das empresas encontram-se vários métodos de mensuração. Utilizam o custo histórico, essencialmente, como método de mensuração dos ativos não monetários, tais como inventários, terrenos, edifícios, máquinas e terrenos, o valor presente para rubricas monetárias de longo prazo e o montante em dinheiro esperado para rubricas monetárias de curto prazo. Alternativamente ao custo histórico utiliza-se o preço de mercado, quando um ativo é mensurado pelo custo de reposição ou pelo valor realizável líquido e o justo valor. Assim, em termos básicos, com o modelo de mensuração das IFRS, a contabilidade convencional assenta num modelo híbrido de mensuração, caminha de um modelo do custo histórico em moeda nominal para um modelo do custo corrente em moeda nominal e concede cada vez mais importância à utilidade e relevância do relato da posição financeira.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Por fim, com a publicação da IFRS 13, a qual reflete também a perspectiva do FASB¹⁰, confirma-se que a tendência é cada vez mais para a adoção do modelo do justo valor em detrimento da mensuração pelo custo histórico, assim como para uma atualização da definição de justo valor com base em valores de entrada para um justo valor com base em valores de saída, considerados custos de oportunidade. Verifica-se, assim, que as IFRS preconizam um “*mixed model*” com tendência para adoção progressiva do justo valor nas mensurações de ativos e de passivos e na determinação do resultado. Por um lado, o modelo do justo valor veio permitir o reconhecimento de muitos instrumentos financeiros que até então, por não possuírem custo histórico, dificilmente seriam reconhecidos, possibilitando assim uma mais verdadeira e fiel representação da posição financeira da entidade. Por outro lado, também por isso, é considerado pelos críticos como um modelo de elevada subjetividade, complexidade e risco de práticas de contabilidade criativa. Proporciona riscos globais acrescidos de ocorrência de contabilidade criativa e de fraude na contabilidade (maior subjectividade e margem de manipulação de variáveis que influenciam o justo valor). Contudo, e de acordo com Kunz (2015), a IFRS 13 veio aumentar a consistência e reduzir a complexidade ao apresentar a definição, mensuração e divulgação do justo valor aplicável a todas as IFRS.

A IFRS 13 veio estabelecer uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis de fiabilidade as informações para as técnicas de avaliação utilizadas na sua mensuração, confirmando assim o sentido de tentar aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do justo valor e nas divulgações correspondentes:

- Nível 1- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1;
- Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Destacam-se os resultados do estudo desenvolvido por Costa (2014), que após analisar empresas de Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia com títulos cotados nos principais índices bolsistas que tinham nos seus ativos propriedades de investimento e/ou ativos biológicos, confirmam a existência de uma relação entre a utilização do justo valor e determinados setores. O autor Veiga (2014) analisou também as entidades cotadas na Euronext Lisboa e na Bolsa de Madrid, tendo concluído que a maioria das empresas (81%) continua a utilizar o custo histórico. O estudo revela, ainda, que as propriedades de investimento e o país têm uma influência positiva na utilização do justo valor e que o mercado acionista é favorável à utilização do justo valor como critério de mensuração setorial, reagindo negativamente quando a sua utilização é mais generalizada.

Salienta-se, ainda, o estudo de Gonçalves (2017) que analisa se a implementação da IFRS 13 teve influência na quantidade de informação relativa à mensuração pelo justo valor que é divulgada pelas empresas cotadas no FTSE 100. Este estudo demonstrou que a IFRS 13 não teve um papel determinante nas práticas de divulgação dos seus itens e que o índice de

¹⁰Conforme SFAS 159 – *The Fair Value Option for Financial Asstes and Financial Liabilites*.

Fundamentos do Relato Financeiro.

divulgação dos itens da IFRS 13, não teve impacto significativo para nenhuma das rúbricas estudadas.

A implementação da IFRS 13 vem exigir a construção e aperfeiçoamento de mecanismos e de procedimentos reformulados para deteção de contabilidade criativa e de fraudes contabilísticas, que tenham em conta os diferentes métodos para determinar o justo valor de ativos e passivos, os esquemas inapropriados (de manipulação e de fraude) que são utilizados mais frequentemente na sua mensuração, e de outras situações complexas, nomeadamente relacionadas com instrumentos financeiros derivados e a sua cobertura, pensões e planos de benefícios de reforma, provisões e contingências, pagamentos com base em ações, transações não monetárias, transações em organizações não lucrativas e com a divulgação da informação. Tornou-se essencial esclarecer quais os fatores de ordem externa e interna à entidade que são suscetíveis de fornecer indicadores de risco, definir os limites da materialidade, clarificar as ligações do sistema de controlo interno com a mensuração pelo justo valor e clarificar o papel do auditor e de outros especialistas exteriores à entidade que procedem às respetivas avaliações pelo justo valor. Complementarmente, tornou-se essencial decidir que tipo de procedimentos analíticos concretos se deverão utilizar para detetar práticas de contabilidade criativa ou de fraudes contabilísticas a partir das demonstrações financeiras, em termos de análise horizontal, vertical, com base em rácios operacionais ou específicos desenhados para cada área de risco a analisar em particular.

Neste contexto, a introdução de um modelo contabilístico de mensuração com base predominantemente no justo valor, acarreta dificuldades e riscos acrescidos de ocorrência de contabilidade criativa e de fraudes contabilísticas. Tal, tem implicações profundas na formação futura dos profissionais da contabilidade, a todos os níveis, sendo necessário rever mesmo programas de ensino-aprendizagem da contabilidade e da ética, e, inclusivamente, métodos e práticas de trabalho no campo da contabilidade e da auditoria. Sugere-se a preparação prévia de *checklists* ou roteiros de riscos de fraude ou de contabilidade criativa susceptíveis de ocorrerem com os diferentes activos e passivos e em outras situações, quando a mensuração pelo justo valor se encontra presente. Todas estas matérias surgem como um vasto campo de aprofundamento, estudo e investigação futura a ter em conta, sobretudo como resultado da harmonização contabilística internacional, no contexto da globalização económica, financeira e dos mercados, visando a obtenção de um relato financeiro único e universal, que não vai ser fácil de alcançar.

5. Conclusão

Verifica-se que a harmonização contabilística global exige, cada vez mais, que a contabilidade financeira se desenvolva num paradigma com o sentido da uniformidade global e em que as IFRS constituem um corpo normativo a caminho de se tornar mundialmente aceite e aplicado como sistema contabilístico, não eliminando, no entanto, a diversidade contabilística. As diferentes características nos sistemas contabilísticos oscilam entre a orientação do relato financeiro, o foco na imagem verdadeira e apropriada ou a concordância com os requisitos legais e fiscais, a aderência ao conservantismo ou *accruals*, o maior ou menor uniformidade, o elaborar ou não contas consolidadas e a existência ou não de impostos diferidos.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Quanto à adoção das normas do IASB e à qualidade da informação contabilística, a maioria dos estudos evidencia que as empresas que as adotam possuem informação contabilística de maior qualidade. Porém, se, de facto, as normas proporcionam informação de qualidade elevada, é um assunto ainda em discussão. As conclusões sobre esta temática são ainda limitadas, e, de algum modo, inconsistentes. Divergem entre países, o que aponta para a necessidade de uma análise crítica do atual modelo de relato financeiro, visando a sua melhoria, mas não o seu abandono com eventual regresso ao modelo tradicional/convencional.

Encontra-se em aberto e em fase de grande transformação a investigação sobre os conceitos de valorização que melhor respondem às necessidades informativas dos utilizadores e que conduzem a demonstrações financeiras fidedignas e verdadeiras. Por um lado, verifica-se que a mensuração contabilística pressupõe a definição de várias dimensões e o conhecimento de vários conceitos contabilísticos interrelacionados, existindo várias alternativas possíveis de valorização. Por outro lado, existem definições contraditórias de conceitos e de orientações contabilísticos, concluindo-se que as IFRS assentam, por isso, num modelo de mensuração misto. Também o cálculo do resultado se mostra um dos aspetos mais controversos da contabilidade, levando a contabilidade a depender das distinções entre capital e lucro e a verificarem-se vários conjuntos de conceitos de resultado e de capital que levam a diferentes métodos de mensuração.

Em termos básicos existem vários métodos de mensuração baseados em valores nominais e em valores constantes e também métodos alternativos para responder às alterações derivadas da própria inflação e às flutuações cambiais entre moedas, encontrando-se em aberto a questão, mais uma vez, se a contabilidade deve ter por base custos históricos ou valores correntes. Dependendo dos métodos e modelos contabilísticos adotados, a posição financeira e o resultado evidenciados por uma entidade serão afetados, podendo estes ser mais ou menos permeáveis à contabilidade criativa. Assim, a contabilidade criativa pode ser produzida de muitas formas, originar efeitos a vários níveis e assentar estrategicamente em diversos métodos e conceitos do justo valor. Os métodos utilizados para determinar o justo valor são permeáveis às práticas de contabilidade criativa e acarretam riscos significativos de fraude. Encontram-se impregnados de subjetividade conceptual e de possibilidades alternativas, na prática, quanto à escolha de métodos de mensuração. Contudo, existem outras práticas de contabilidade criativa que decorrem das elevadas exigências de divulgação pelo justo valor e de outros casos de falta de ética com efeitos nas atividades das empresas e consequentemente nas suas contabilidades.

6. Referências Bibliográficas

Alexander, D., Britton, A., & Jorissen, A. (2007). *International Financial Reporting and Analysis*.

Ali, A., & Hwang, L.-S. (2000). Country-Specific Factors Related to Financial Reporting and the Value Relevance of Accounting Data. *Journal of Accounting Research*, 38(1) Spring, 1-21.

Arce, M., & Mora, A. (2002). Empirical Evidence of the Effect of European Accounting Differences on the Stock Market Valuation of Earnings and Book Value. *The European Accounting Review*, 11 (3), 573-599.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Aubert, F. & Dumontier, P. (2007). Analyzing Analysts' Expertise: Did Analysts Fully Anticipate the Impact of IFRS Adoption on Earnings? The European evidence. Working Paper, University of Geneva.

Aubert, F. a. P. D. (2007) ou Aubert, F & Dumontier, P (2007) (pg 66). Analyzing analysts' expertise: did analysts fully anticipate the impact of IFRS adoption on earnings? The European evidence. Working Paper. University of Geneva.

Ball, R., & Brown, P. (1968). An Empirical Evaluation of Accounting Numbers. *Journal of Accounting Research*, 6, 159-178.

Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The Effect of International Institutional Factors on Properties of Accounting Earnings. *Journal of Accounting and economics*, 29, 1-51.

Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The Relevance of the Value-Relevance Literature for Financial Accounting Standard Setting: Another View. *Journal of Accounting and economics*, 31(1-3), 77-104.

Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2007). International Accounting Standards and Accounting Quality, Working Paper, Stanford University.

Beaver, W. H. (1968). The Information Content of Annual Earnings Announcements. *Journal of Accounting Research*, 6, 67-92.

Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2005). Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling. *Review of Accounting Studies*, 10(2-3), 269-309.

Botosan, C. A., & Plumlee, M. A. (2002). A Re-Examination of Disclosure Level and the Expected Cost of Equity Capital. *Journal of Accounting Research*, 40(1), 21-40.

Christensen, H. B., Lee, E., & Walker, M. (2007). Do IFRS/UK-GAAP Reconciliations Convey new Information? Working Paper, Manchester Business School.

Collins, D., W, M., E. L., & Weiss, I. S. (1997). Changes in the value relevance of earnings and book values over the past 40 years. *Journal of Accounting and Economics*, 24, 39-68.

Costa A. S. (2014). A adoção do justo valor nos ativos não financeiros – Evidência Empírica de 2010 a 2012 de 5 países europeus (Dissertação de Mestrado não Publicada), Universidade do Porto.

Daske, H. (2006). Economic Benefits of Adopting IFRS or US-GAAP: Have the Expected Costs of Equity Capital Really Decreased? *Journal of Business Finance & Accounting*, 33, 329-373.

Feltham, G., & Ohlson, J. (1995). Valuation and clean surplus accounting for operating and financial activities. *Contemporary Accounting Research*, 11, 689-731.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Ferreira, R. F. (1984). Normalização Contabilística. Coimbra.

Ferreira, R. F. (2007). A (des)propósito da normalização contabilística internacional. APECA, 129.

Francis, J., & Schipper, K. (1999). Have financial statements lost their relevance? *Journal of Accounting Research*, 37, 319-352.

García-Ayusu, Mayoral, J. M., & González, C. P. (1998). A comparative Analysis of the Value Relevance of Accounting Information in the capital markets of the European Union. *Working Paper*, Universidad de Sevilla.

Gonçalves, Cláudia (2017). O impacto da IFRS 13 nas divulgações das empresas do FTSE 100 (Dissertação de Mestrado não Publicada), Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão.

Gueifão, G. (2007). Análise do impacto da aplicação obrigatória e pela primeira vez das normas do IASB nas empresas cotadas em alguns países da UE. (Dissertação de Mestrado não Publicada), ISCTE.

Guenther, D., & Young, D. (2000). The Association Between Financial Accounting Measures and Real Economic Activity: A Multinational Study. *Journal of Accounting and economics*, 29, 53-72.

Harris, M. S., & Muller, K. A. (1999). "The Market Valuation of IAS versus US-GAAP Accounting Measures Using Form 20-F Reconciliations. *Journal of Accounting and Economics*, 26, 285-312.

Hicks, J. R. (1939). Value and Capital, An Inquiry in to some Fundamental principles of economic theory.

Hope, O.-K. (2003a). Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study. *Journal of Accounting Research*, 41(2), 235-272.

Hope, O.-K. (2003b). Firm-Level Disclosures and the Relative Roles of Culture and Legal Origin. *Journal of International Management and Accounting*, 41(3), 218-248.

Horngren, C. T. (1985). Introdução à contabilidade gerencial: Prentice-Hall do Brasil. (biblioteca do iscal)

Horton, J., & Serafeim, G. (2008). Market reaction and valuation of IFRS reconciliation adjustments: First evidence from the UK. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=923582>.

IASB, I. A. S. B. (2007). The IASB: About us. Internet: www.iasb.co.uk.

Fundamentos do Relato Financeiro.

ICAEW. (2006). Measurement in Financial Reporting Information for Better Markets Initiative: Financial Reporting Faculty. International good practice guidance - principles for effective business reporting processes (2013).

Jesus, T. A. (2007). Accounting Implications and Features for Employee Stock Options. Empirical Evidence From The UK (Thesis submitted as partial requirement for the conferral of Master in Accounting), ISCTE, Lisboa.

Kunz, B. (2015). The scope of disclosures of fair value measurement methods of financial instruments in financial statements of banks listed on the Warsaw Stock Exchange. Research papers of Wroclaw University of Economics. ISSN 1899-3192, 381, 158-176.

Lee, T. (1994). Income and Value Measurement (3th Edition (revised) ed.): International Thomson Business Press.

Leuz, C., & Verrecchia, R. (2000). The economic consequences of increased disclosure, *Journal of Accounting Research*, 38(3), 91-124.

Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. (2003). Earnings Management and Investor Protection: An International Comparison. *Journal of financial economics*, 69(505-527).

Lev, B., & Zarowin, P. (1999). The boundaries of financial reporting and how to extend them. *Journal of Accounting Research*, 37, 353-385.

Lindahl, E. (1940). Studies in the Theory of Money and Capital. *The American Economic Review*, vol 30, nº 3.

M García-Ayusu, Mayoral, J. M., & González, C. P. (1998). A Comparative Analysis of the Value Relevance of Accounting Information in the Capital Markets of the European Union Working Paper, Universidad de Sevilla.

Machado, J. B. (1996). Aumentos não realizados de capital próprio. *Revista de Contabilidade e Finanças*, II Série, nº 1 Janeiro/Março.

Maslow, A. (1954). *Motivation and Personality*.

Nogueira, J. (2011a). Modelos contabilísticos e economia: textos fundamentais. *Contabilidade & Empresas*, nº 7 - 2ª série, 4-15.

Nogueira, J. (2011b). Mensuração/valorização de activos e de passivos. *Revista Contabilidade e Finanças* 106, 4-8.

Ohlson, J. A. (1995). Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary Accounting Research*, 11, 661-687.

Fundamentos do Relato Financeiro.

Pinheiro, M. & lopes, I. T. (2012). A qualidade da informação contabilística antes e após a adoção das normas internacionais de contabilidade: o caso português. *Contabilidade & Gestão*. ISSN 1646-2750,13, 9-51.

Rodrigues, L. L., & Pereira, A. (2004). *Manual de contabilidade internacional: a diversidade contabilística e o processo de harmonização internacional*: Publisher Team.

Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting Horizons* 3(4): 91-102.

Schipper, K. (2005). The Introduction of International Accounting Standards in Europe: Implications for International Convergence. *European Accounting Review*, 14, Nº 1, 101-126.

Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earning Quality. *Accounting Horizons*, Supplement, 97-110.

Walton, P. (2004). IAS 39: where different accounting models collide. *Accounting in Europe* S1, 5-16.

Whittington, G. (2005). The adoption of international accounting standards in the European Union. *European Accounting Review*, 14(1), 127-153.

Zeff, S. A., & Dharan, B. G. (1994). *Readings and Notes on Financial Accounting - Issues and Controversies*: McGraw-Hill International Editions, Accounting Series.

How to cite this article:

Jesus, T., Gariso, C., Silvestre, M.C., & Geraldés, R. (2020). Fundamentos do Relato Financeiro. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 6 (12), 61-89. Disponível em <http://u3isjournal.isvougga.pt/index.php/PJFMA>